

A GENTE NÃO VAI ACREDITAR NESSA NEQUINHA! VIOLÊNCIA SEXUAL, DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE NA UNIVERSIDADE.

YOU WON'T BELIEVE THIS NIGGA! RACE, GENDER AND CLASS: SEXUAL VIOLENCE IN THE UNIVERSITY.

Carolina dos Santos Bezerra¹

RESUMO: O objetivo principal deste artigo é apresentar a relevância do tema da violência de gênero no ambiente universitário, pontuando as possibilidades de análise a partir da interseccionalidade e dos marcadores sociais da diferença. Realizarei a interpretação e estudo de caso de um relato de pesquisa, pontuando como no engendramento de diversas opressões, as instituições reproduzem graves violações de direitos. Dessa forma, as violências institucionais direcionadas ao corpo das mulheres negras e racializadas, para além de terem uma raiz histórica nas tensas relações étnico-raciais, de gênero e sexualidade que existem na sociedade, adquirem no espaço acadêmico mecanismos perversos que impactam na saúde, criatividade, formação, pleno desenvolvimento e permanência desses corpos na universidade. Como se trata de narrativas delicadas, complexas e fortes, serão garantidos o sigilo e o anonimato das/os interlocutoras/es de pesquisa, assim como nenhuma instituição ou pessoa será identificada. A metodologia utilizada para a análise desse fenômeno tão complexo, se ancora na articulação entre academia e movimentos sociais, valendo-se da produção das feministas negras e decoloniais (CRENSHAW, 2002; DAVIS, 2016; hooks, 2019; VIGOYA, 2009 e 2016; CARNEIRO, 1996 e 2005; GONZALES, 2019 e 2020, NASCIMENTO, 2007 e 2019; COLLINS, 2016; LORDE, 1984; KILOMBA, 2019, ANZALDÚA, 1998 e 2016 e SPIVAK, 2010), congruentes com a metodologia da “reclamação” proposta por Sara Ahmed (2018 e 2021).

Palavras-chave: Gênero, sexualidade, violência sexual, violência de gênero, direitos humanos.

ABSTRACT: The central objective of this article is to present the relevance of the theme of gender violence in the university environment, pointing out the possibilities of analysis from intersectionality and social markers of difference. I will perform the interpretation and case study of a research report, pointing out how, in the engendering of various oppressions, institutions reproduce serious violations of rights. In this way, the institutional violence directed to the body

¹ Pós-Doutoranda pelo Departamento de Antropologia da USP. Vice-Líder do grupo de pesquisa GENI – Gênero e Interdisciplinaridade da UFJF. Integrante do NUMAS-USP. Doutora em Educação pela USP. Docente do C. A. João XXIII da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil. Membro do Coletivo Marielle Franco – UFJF.

of black and racialized women, besides having a historical root in the tense ethnic-racial, gender, and sexuality relations that exist in society, acquire in the academic space perverse mechanisms that impact the health, creativity, training, full development, and permanence of these bodies in the university. As these are delicate, complex, and strong narratives, the confidentiality and anonymity of the research interlocutors will be guaranteed, and no institution or person will be identified. The methodology used to analyze this complex phenomenon is anchored in the articulation between academia and social movements, making use of the production of black and decolonial feminists (CRENSHAW, 2002; DAVIS, 2016; hooks, 2019; VIGOYA, 2009 and 2016; CARNEIRO, 1996 and 2005; GONZALES, 2019 and 2020, NASCIMENTO, 2007 and 2019; COLLINS, 2016; LORDE, 1984; KILOMBA, 2019, ANZALDÚA, 1998 and 2016 and SPIVAK, 2010), congruent with the “claim” methodology proposed by Sara Ahmed (2018 and 2021).

Keywords: Gender, sexuality, sexual violence, gender violence, human rights.

APRESENTAÇÃO

O objetivo principal deste artigo é apresentar a relevância do tema da violência de gênero no ambiente universitário, pontuando as possibilidades de análise a partir da interseccionalidade e dos marcadores sociais da diferença. Trata-se de um recorte dos dados preliminares da pesquisa de Pós-Doutoramento intitulada “Violência de gênero no ambiente acadêmico: um estudo comparativo entre Brasil e Chile” que se encontra em andamento no Departamento de Antropologia da FFLCH-USP, sob a supervisão da Prof^a Dr^a Heloisa Buarque de Almeida.

O tema da violência de gênero no ambiente acadêmico tem ganhado uma visibilidade notável nos últimos anos, não só no Brasil, como em vários países². Diversas hipóteses são aventadas e as análises e pesquisas sobre esse tema vão produzindo uma confluência de constatações que nos apontam possibilidades de caminhos e de perspectivas teórico-metodológicas que nos permitam produzir ações e encaminhamentos que ao mesmo tempo articulem o ensino, a pesquisa e a extensão nas universidades, e concebam políticas institucionais eficazes para combater o racismo institucional, a violência de gênero, o preconceito e a discriminação existentes contra alguns corpos que circulam no espaço acadêmico, onde antes não eram visibilizados e compreendidos como produtores de conhecimento.

O sexismo, o machismo, a lgbttifobia, o capacitismo, o elitismo e o racismo, vão se articulando e interseccionando, compondo o cenário de um ambiente que para além de reproduzir os problemas e desigualdades estruturais da sociedade contemporânea, operam na reatualização de estereótipos que articulam os diferentes marcadores sociais da diferença para praticar a violência e a exclusão que revelam padrões e mecanismos específicos criados e agenciados nesse espaço.

² (AKAZAWA, 2018; ARAÚJO, 2017; ELIÁS, 2018; CRUZ, 2018; GAMA, 2016; HIRSCH, 2017; INSTITUTO AVON, 2015; KRAKAUER, 2016; NASH, 2015a e 2015b; VILLEGAS, 2017; BELLINI, 2018; BATTY, 2017; UNICAMP, 2018, USP MULHERES, 2018 e ZAVOS, 2018)

Isso vem sendo por mim percebido em diferentes espaços de atuação: como gestora, como participante de um coletivo de mulheres e atualmente como pesquisadora do tema, como já apresentei em outros artigos³.

A utilização da interseccionalidade como ferramenta política, teórica e metodológica é fundamental para a compreensão das disputas presentes nas relações intelectuais de poder e hierárquicas nas universidades.

A sociabilidade e a dimensão da subjetividade articulada ao fenômeno da violência de gênero nesse espaço/território têm um impacto sobre a produção do conhecimento, das trocas intelectuais, bem como na transformação das epistemologias e paradigmas.

No exercício de articular todas essas questões, realizarei a análise, interpretação e estudo de caso de um relato de pesquisa. Como se trata de narrativas delicadas, complexas e fortes, serão garantidos o sigilo e o anonimato das/os interlocutoras/es de pesquisa, assim como nenhuma instituição ou pessoa será identificada.

Para a compreensão desse fenômeno que ultrapassa fronteiras, línguas, classes sociais e pertencimentos étnico-raciais, necessitamos de epistemes que nos possibilitem pensar outros recursos metodológicos eficazes para a análise dessa complexidade, como, além da interseccionalidade, os feminismos negro e decolonial⁴, congruentes com a metodologia da “reclamação” proposta por Sara Ahmed (2018 e 2021).

ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

A violência de gênero constitui-se em uma das principais formas de violação dos direitos humanos, atingindo as pessoas em seus direitos à vida, à saúde, ao direito de ir e vir, ao poder sobre seus corpos e à integridade física e mental. Trata-se de tema central em nossos dias, que vem mobilizando esforços no ambiente acadêmico em caráter multidisciplinar.

Com as transformações contemporâneas oriundas dos meios de comunicação, das redes sociais e da modificação no padrão de comportamento social e cultural existente nas relações e performatividades de gênero (BUTLER, 2019), observamos que as denúncias vêm se tornando cada vez mais frequentes. No entanto, apesar da relevância de todos esses aspectos estudados, temos poucos estudos sobre o impacto que essa realidade tem quando vários sistemas de opressão se articulam (VIGOYA, 2016; PRESTES, CARNEIRO, 1996).

³ BEZERRA, 2020; BEZERRA, 2021 e ROCHA, 2021.

⁴ (CRENSHAW, 2002; DAVIS, 2016; hooks, 2019; VIGOYA, 2009 e 2016; CARNEIRO, 1996 e 2005; GONZALES, 2019 e 2020, NASCIMENTO, 2007 e 2019; COLLINS, 2016; LORDE, 1984; KILOMBA, 2019, ANZALDÚA, 1998 e 2016 e SPIVAK, 2010),

É sabido que o espaço acadêmico, tradicionalmente, não foi criado nem muito menos pensado para a circulação do corpo das mulheres e menos ainda das mulheres negras, basta que analisemos a história da educação brasileira para vermos que inicialmente esse espaço era predominantemente masculino e branco. No entanto, com as transformações oriundas das reivindicações históricas dos movimentos sociais por acesso à educação, articuladas ao processo de democratização do país, pós-ditadura, a garantia dos direitos civis, políticos e humanos foi se desenvolvendo por meio de uma base legal (Constituição, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, etc), e se consolidando nos anos 90 e início do século XXI.

A possibilidade de um governo mais progressista no início dos anos 2000, com acesso e investimento no Ensino Superior, ampliou, por meio de políticas públicas na área da educação, como o REUNI (Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), o PROUNI (Programa Universidade Para Todos), a adoção do SISU (Sistema de Seleção Unificada), bem como as políticas de cotas sociais e étnico-raciais, a entrada de diversos grupos subalternizados da sociedade que antes não circulavam por esses espaços.

Observo, portanto, que, além do acesso à universidade, é fundamental que pensemos também a permanência desses corpos. A violência de gênero tem crescido e trazido à baila a necessidade de ações no campo das políticas públicas, dos direitos humanos e das ações afirmativas, evidenciando a importância de fomentarmos nas universidades uma formação profissional ética, pautada no respeito à diversidade, à igualdade de gênero, a uma formação e educação antirracista e antissexista, que combata o capacitismo, a aporofobia, LGBTTI fobia e toda e qualquer forma de preconceito e discriminação.

VIOLÊNCIA DE GÊNERO E RACISMO INSTITUCIONAL: QUANDO AS OPRESSÕES SE ENCONTRAM.

Em uma universidade brasileira, uma jovem negra, que nesse artigo para preservar a sua identidade chamarei de Esperanza⁵, vai até o gabinete do Reitor com o seu pai. A estudante de baixa estatura, tímida, magra, visivelmente

⁵ Escolhi esse nome por causa da grande beleza, doçura e graciosidade da jovem que teve a generosidade e coragem de me narrar a sua história, ainda que esse processo tenha sido doloroso e difícil, pois lembrar e recontar é ativar memórias que não sentimos só racionalmente, e sim pelo corpo todo. Esse artigo é dedicado a ela, que durante um processo que se realizou de forma muito cuidadosa e atenta, decidiu rememorar-lo com o intuito que a sua história possa auxiliar outras mulheres e sensibilizar gestores/as, docentes, pesquisadores/as e funcionários/as das universidades brasileiras e de outros países. Esperanza Spalding é uma cantora e violoncelista negra estadunidense que tem uma beleza e talento incríveis, assim como essa jovem. Esperanza também é esperança em espanhol. Então a escolha do nome é uma homenagem pela qualidade que vejo também nela, como também uma esperança de que cada vez menos as mulheres negras passem por essas situações no espaço que deveria celebrar a sua presença.

constrangida, olha ao redor de si e encontra o olhar da gestora, uma mulher negra que atua no órgão recém-criado na universidade, para tratar dos temas de diversidade, inclusão e ação afirmativa. Esperanza relata que está sendo perseguida por um jovem do seu curso que desde o primeiro dia de aula a abordou. O rapaz branco, jovem, se apresentou como seu veterano, segundo o relato, colocando-se em posição de superioridade. Nesse mesmo dia, ele se declara dizendo estar apaixonado por ela, firme e contundente em sua intenção de namorá-la, investe insistentemente sobre Esperanza que se esquivava, diz não e de forma veemente deixa manifesto que não deseja esse relacionamento.

Prosseguindo no relato corporalmente retraída, com os ombros encurvados, aperta nervosamente as mãos sobre o colo, enquanto o seu pai a fita de forma plácida e acolhedora, quando ele ergue a voz para falar, diz que não sabe mais o que fazer, que Esperanza não quer ir para a faculdade, tem faltado e que ele não tem mais condições de levá-la e ficar esperando. Desde que os assédios começaram, Esperanza contou com ajuda de amigas/os e colegas que a acompanham pelos trajetos da universidade. Ainda assim, desde o primeiro dia o jovem passou a assediá-la cotidianamente nas dependências da universidade, insistindo em que ela aceitasse um relacionamento forçado, ao qual as opções que ele dava eram “ficar ou namorar”. Também lhe dava presentes e sempre levava flores, incomodando a jovem, constrangida e atemorizada com sua abordagem insistente.

Em virtude de suas inúmeras negativas, um ano depois que Esperanza ingressara na universidade, o jovem se tornou mais violento e agressivo. Demonstrando a dificuldade em aceitar um não, ser “rejeitado”, pois a construção de masculinidades ensinadas desde crianças, são a de que os homens são sujeitos, ativos, incontrolláveis e podem conseguir tudo o que querem, e as mulheres passivas, submissas e se sujeitam às vontades dos outros (ALMEIDA, 2019a e 2019b; CRUZ, 2018).

Quando se trata de mulheres negras, a situação se agrava e se intersecciona além do sexismo/machismo, com o racismo estrutural construído historicamente a partir da nossa herança colonial e escravocrata, na qual a corporeidade dessas mulheres se inscrevia no espaço/ação de servir, cuidar, obedecer, realizar as tarefas braçais e se subordinar, inclusive sexualmente, aos senhores e “sinhas” da Casa Grande. Não é por outro motivo que vemos, até os dias atuais, o reflexo que a representação hipersexualizada dos corpos das mulheres negras adquiriu no imaginário da sociedade brasileira e se materializou como parte da “cultura”⁶ brasileira por meio de suas diferentes instituições e elementos simbólicos: educação, ciência, mídia, meios de comunicação, manifestações artístico-culturais, religiosas, etc.

⁶ Aqui utilizo cultura entre aspas, fazendo uma menção à Manoela Carneiro da Cunha e seu livro “Cultura com aspas” da Editora UBU, 2017.

Acompanhada de abordagens mais violentas, a situação de desrespeito também foi se agravando. O jovem passou a assediá-la nos corredores, a agarrava à força, tentava beijá-la, passava a mão em seu corpo e puxava seus cabelos. Esses acontecimentos acabaram por intensificar o seu medo, inclusive de caminhar sozinha pela universidade, ferindo o seu direito de ir e vir com liberdade em seu espaço de formação.

Observo que quando não há uma intervenção precisa e pontual em alguns casos de abuso e assédio sexual e moral no ambiente acadêmico, as medidas paliativas vão tornando a situação mais difícil e complicada. No presente caso, a saída encontrada pela jovem frente ao medo, foi a de aumentar a dependência constante da companhia de amigos e amigas, como forma de vigilância às investidas do assediador. O que tenho observado, em diferentes casos, é que quando não se implementam políticas institucionais articuladas, as vítimas/denunciante/sobreviventes⁷, vão sendo colocadas cada vez mais em uma situação de vulnerabilidade física, intelectual, psíquica e emocional, gerando agravamento de situações que poderiam ter sido evitadas, pela proposição de ações institucionais relativamente simples.

Na universidade, portanto, essa violência passa a apresentar outras características, pois trata-se de um espaço de poder com formas de interações específicas, relações intelectuais, teóricas, práticas e hierárquicas entre docentes, docentes e alunos/os/es, docentes e funcionárias/os/es, como também entre alunos/es e alunas e entre o corpo discente e funcionários/as/es.

Essa violência, conseqüentemente, articula o racismo institucional, com o menosprezo intelectual às mulheres racializadas, que reitera estereótipos e um imaginário negativo e sexualizado do corpo negro, destituído dos marcadores sociais de civilidade, decência e moralidade. Interseccionam-se, dessa forma, padrões e normatividades de gênero que operam de maneiras distintas a partir dos pertencimentos étnico-raciais, de classe social, dos dispositivos sexuais, e se apoiam no julgamento do comportamento social e sexual pregresso das vítimas/denunciante/sobreviventes.

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. (GONZALES, 1984, p.224)

⁷ A utilização das denominações “vítimas, denunciante/sobreviventes”, busca ampliar o escopo de análise para contemplar as diferentes categorias utilizadas nos diferentes países e contextos acadêmicos. No Brasil a bibliografia trata dos/as universitários/as/es que sofreram assédio sexual ou violência de gênero como “vítimas”, no Chile utilizam a categoria “denunciante/sobreviventes” e as universidades americanas utilizam “sobreviventes”.

Mesmo com o apoio de uma rede de amigos/as, o ano seguinte culminou em mais uma atitude de violência extrema do agressor. Em uma festa⁸ realizada na unidade de estudo de Esperanza, quando ela se dirigia ao estacionamento do local, o agressor sorrateiramente a atacou pelas costas e depois tentou empurrá-la na frente de um carro, felizmente ela não foi atingida. Após esse episódio, lançou-a contra a parede e tentou beijá-la novamente à força, a interrupção do ato violento só cessou graças à intervenção de um colega, que passava pelo local.

Dois outros estudantes, que também estavam na festa e que não a conheciam, foram ao seu auxílio e ajudaram-na, segurando e barrando o agressor de se aproximar dela e a tirando de perto dele⁹. Esperanza relata que passou a madrugada inteira muito abalada emocionalmente, tremendo, chorando e com crise de ansiedade, sem conseguir dormir por dias seguidos. Temendo novas investidas, não restou alternativa a ela a não ser procurar auxílio policial para relatar os fatos e, então, foi lavrado boletim de ocorrência na delegacia local.

Quatro meses depois, por ocasião de outra festa, realizada em outra unidade acadêmica, o agressor abordou-a mais uma vez violentamente e infelizmente a estuprou. Dessa vez, ameaçou não só a Esperanza, como a sua amiga e outros amigos que a encontraram em choque, dizendo que estava andando armado e que eles estavam marcados para morrer. Novamente Esperanza passa por mais outro trauma e desgaste. Frente à negligência institucional, que não conseguiu construir caminhos efetivos de acolhimento e orientação, vai até a delegacia uns dias depois e lavra outro boletim de ocorrência que termina por gerar um processo criminal

TODOS OS PRETOS E TODAS AS MULHERES SÃO IGUAIS: DISCRIMINAÇÃO E PRECONCEITO NAS RELAÇÕES DE PODER NA UNIVERSIDADE

Como é característico em muitos casos, as pessoas afetadas por situações de assédio/abuso e violência de gênero no ambiente acadêmico têm muita dificuldade em relatar o ocorrido, formalizar a denúncia e reportar a queixa institucionalmente (CRUZ, 2018; ALMEIDA, 2019a; ROCHA, 2021 e BEZERRA, 2020 e 2021). Existem vários temores com relação a sua exposição e revitimização por meio da desgastante repetição do episódio traumático para diferentes agentes e profissionais, além das perseguições e possíveis revides dos/as

⁸ Como pesquisas anteriores referenciam (USP MULHERES, 2018; ALMEIDA, 2019a e 2019b), as festas universitárias, no ambiente acadêmico ou não, são um dos espaços onde as violências de gênero tornam-se numerosas e frequentes.

⁹ A falta de uma intervenção institucional acaba agravando situações de violência entre alunos/as; em muitos momentos Esperanza narrou-me que o assediador foi agredido fisicamente por outros estudantes que o conheciam e sabiam de vários casos.

agressores/as/abusadores/as, já que na maioria das denúncias as instituições não garantem um espaço de segurança emocional.

Com Esperanza não foi diferente, quando ela e seu pai procuram diretamente a Reitoria da Universidade, alguns meses depois de começar a ser importunada, é porque não houve na sua unidade, por meio das coordenações de curso e direção, nenhuma forma de encaminhamento satisfatório para o seu caso, nem antes, nem depois do processo de denúncia formal. Desse modo, essa atitude é um pedido de socorro a um espaço hierarquicamente superior, com o intuito de que providências sejam tomadas.

Nesse momento Esperanza é ouvida e acolhida pelo reitor, assim como pela gestora que estava presente, que havia sido convocada para acompanhar o caso de perto. Desse modo, a administração superior se compromete a dialogar com os/as gestores/as da unidade e pensar em políticas institucionais que garantam o direito das pessoas afetadas de terem encaminhamentos que as protejam e não as revitimizem ainda mais. Era urgente que algo fosse feito, já que o caso da Esperanza não era o único na instituição.

Olhando para toda a possibilidade de desenvolvimento daquela jovem mulher negra, todo o potencial de vida e de esperança de um corpo que naquele momento se apresentava tão frágil, com seus chinelos de dedo, que contrastava com a arquitetura, móveis e decoração daquele espaço imponente, assim que Esperanza e seu pai saem daquele gabinete, a gestora decide, apoiada pelo reitor da universidade, a conversar pessoalmente com o diretor da unidade para saber quais atitudes e procedimentos foram tomados pela unidade para acompanhamento e andamento do caso

Quando a gestora, uma mulher negra, se dirige até a unidade, assim que entra na secretaria para solicitar uma reunião, encontra com o diretor que olha para ela e, antes mesmo de proferir qualquer palavra, se apresentar ou dizer a ele o que estava fazendo ali, ele dispara: “Ei! Que bom que você chegou, eu ia mesmo mandar te chamar, vem cá, vem pegar aqui esses livros para você levar à biblioteca”. A gestora olha estarrecida para ele e o adverte que ele a está confundindo com alguém, ao que o gestor responde: “Ué! Você não é a fulana de tal que trabalha na biblioteca?” A gestora responde que não, educadamente se apresenta pelo nome e localiza a sua unidade de atuação, também lhe recorda que eles já se conheciam de uma outra demanda profissional, na unidade de origem da gestora.

Nesse momento o diretor não pede desculpas, não se retrata e como se estivesse ordenando, repete para ela ir até lá que ele quer falar algo sobre aquele espaço que ela coordenava, ela responde que não está mais nesse cargo, que está em outro, mas a postura que articula, o sexismo, o machismo, o racismo, o elitismo olha para o corpo de uma mulher negra, como se ele não pudesse ocupar determinados espaços de poder e de decisão dentro de uma universidade.

A branquitude (BENTO, 2002) enxerga o mundo a partir de um prisma, apreendido, introjetado e reiterado que foi ideológica e simbolicamente construído, mas que dificilmente é questionado. Quando algo é estabelecido, não produz reflexão sobre si mesmo e a sua percepção da realidade e do mundo apenas reitera sua própria imagem narcísica, produzida alheia à percepção do lugar que ocupa, dos seus privilégios e status, termina por alimentar o ciclo de perpetuação de estereótipos, preconceitos e atitudes discriminatórias. No espaço acadêmico a sua posição de educador, o coloca como agente de uma estrutura que se vale das relações sociais, hierárquicas e de poder a serviço da perpetuação de desigualdades, não produzindo uma educação libertadora e emancipatória, como pontua Freire (1996).

Novamente, com a paciência e a polidez de quem é confrontada cotidianamente com situações desse tipo, a gestora diz que atualmente ocupa um cargo ligado diretamente à Reitoria e que gostaria de conversar com ele. Dirige-se até a sua sala, o diretor sempre com a mesma postura, fecha a porta e diz a ela, que bom que esteja ali, porque tinha essas coisas aí da lei 10.639/03 que precisava implementar. Começa a inquiri-la sempre buscando dominar a situação e o direcionamento da conversa. Ainda meio atônita com a situação, a gestora diz que sim, que podiam conversar sobre isso em outra oportunidade, mas que no momento ela estava ali para tratar de uma outra situação.

Narra o caso de Esperanza e da sua ida com seu pai à reitoria, que gostaria de entender e compreender quais eram os encaminhamentos que a unidade estava fazendo. O diretor então faz uma pausa, diz um “Veja bem” e passa a questionar de forma contundente as queixas de Esperanza, que precisávamos ver se era realmente verdade, se o rapaz tinha feito aquilo mesmo, que não era bem assim, que esta era uma acusação muito grave, que isso poderia estragar a vida e a trajetória de um aluno, que não podíamos expor o rapaz, enfim, temos que verificar se ele realmente fez o que ela afirma.

A gestora rebate a sua argumentação afirmando que a bibliografia sobre esse tema tem nos alertado que desacreditar a vítima é um fator que acaba por gerar mais revitimização. Os dados são contundentes de que a palavra da vítima quase sempre é posta em dúvida, ao contrário da palavra do agressor, e ainda que as pessoas que pratiquem esse tipo de violência não considerassem ou não compreendessem as suas atitudes como violência de gênero, abuso ou assédio, cabe à instituição não só realizar esse papel formativo e educativo de informá-los, mas fundamentalmente acolher e ouvir as denunciante.

Prossegue a argumentação dizendo a ele que os dados apontam que é muito mais improvável que uma vítima reporte uma série de abusos sem ele ter acontecido, do que o contrário, pois quando uma pessoa afetada decide falar, significa que se sente tão acuada por estar experienciando uma situação insustentável, que ultrapassa o receio de ser novamente revitimizada ou sofrer

represálias por queixar-se. Evidentemente o mais comum é que as vítimas se recolham e se retraiam e não contem a ninguém o que viveram.

Ao sair daquela situação constrangedora, a gestora reflete sobre as dificuldades em lidar com esse tema em um espaço que tradicionalmente tem uma atitude de silenciamento e negação. Existe um tabu muito grande com relação a falar sobre o assunto, quiçá encaminhar essas ocorrências institucionalmente. Outra constatação é a de que, se o gestor agiu daquela maneira com uma pessoa hierarquicamente superior a ele, ainda que estivesse respaldada com o aval do reitor, como ele não trataria uma estudante negra?

As ações institucionais da administração superior¹⁰ além do reconhecimento público da existência do assédio/abuso sexual no contexto da universidade foram implementar campanhas educativas e a realização de eventos para a criação de grupos de trabalho, com a presença de especialistas e pesquisadores/as de outras universidades e organizações com vasta experiência sobre o tema.

Após tentar todos os caminhos possíveis para a realização de uma queixa, no ano seguinte ao início das importunações sofridas, Esperanza recorre novamente à direção de sua unidade para formalizar a denúncia de assédio e abuso sexual, com a finalidade de obter orientações e solicitar que providências sejam tomadas para garantir o seu livre trânsito e permanência segura na universidade, restabelecendo assim a frequência regular às aulas e o cumprimento dos compromissos acadêmicos imprescindíveis à sua formação. A denúncia gerou a abertura de um processo de sindicância. Infelizmente até a data de realização dessa entrevista, Esperanza não conseguira ter acesso às cópias do processo.

A Sindicância durou mais de um ano, e terminou por agravar ainda mais um quadro depressivo que se iniciou com o assédio. Infelizmente, como já analisamos em outros momentos (BEZERRA, 2020; BEZERRA, 2021 e ROCHA, 2021), os processos administrativos e sindicâncias, assim como os processos na justiça comum (CORRÊA, 1983), acabam por revitimizar ainda mais a pessoa afetada, com procedimentos e conduções que escancaram as desigualdades raciais, de classe e de gênero, presentes nas nossas instituições.

Quando o processo foi aberto, o agressor foi ouvido primeiro e somente depois Esperanza. Não obstante o agressor ter podido apresentar testemunhas, Esperanza não foi instruída corretamente de que também teria o mesmo direito. Em seguida, adotaram um procedimento contraindicado nesses casos, chamaram os dois para depor na mesma sala, o que a constrangeu, gerando gatilhos que a impossibilitaram de conseguir relatar tudo que viveu, por conta dos traumas e medos que a presença do agressor lhe acarretava.

¹⁰ Essas foram as únicas ações realizadas no contexto citado, logo depois houve mudança de gestão na reitoria e outras políticas institucionais foram implementadas.

Outrossim, houve uma exposição muito prejudicial de Esperanza. Ela ouvia o seu caso e relatos sendo constantemente comentados nas dependências da sua unidade como “o caso do fulano¹¹”, tanto por alunos/as como por professores/as de vários departamentos. Alguns movimentos sociais e estudantis, ainda que com o intuito de fomentar a discussão e a conscientização sobre casos de assédio/abuso moral e sexual entre discentes, docentes e funcionários/as na universidade, começaram a propagar informações da situação de forma descuidada, sem preparo e sem preservá-la.

O despreparo da instituição em conduzir o processo, não conseguindo garantir o sigilo das informações, a sua proteção e muito menos a sua circulação nas dependências da unidade enquanto o mesmo transcorria, terminou por afetar psicologicamente e vulnerabilizar Esperanza ainda mais. No decorrer do processo ela foi convidada a ir na sala do diretor da unidade diversas vezes, quando transitava pelos corredores e espaços de convivência. Quando ficavam a sós o diretor a informava sobre a presença do agressor na unidade naquele dia e a aconselhava a voltar para sua casa a fim de evitar o encontro entre ambos. Tal atitude foi se tornando praxe, assegurava livre trânsito ao agressor e restringia o direito de Esperanza ir às aulas, de cumprir seus deveres acadêmicos e de circular pela universidade de forma segura.

Busca-se dar visibilidade a processos de discriminação indireta que ocorrem no seio das instituições, resultantes de mecanismos que operam, até certo ponto, à revelia dos indivíduos. A essa modalidade de racismo convencionou-se chamar de racismo institucional, em referência às formas como as instituições funcionam, contribuindo para a naturalização e reprodução da desigualdade racial. O racismo institucional, tal como o definem Silva et al. (2009), não se expressa em atos manifestos, explícitos ou declarados de discriminação (como poderiam ser as manifestações individuais e conscientes que marcam o racismo e a discriminação racial, tal qual reconhecidas e punidas pela Constituição brasileira). Ao contrário, atua de forma difusa no funcionamento cotidiano de instituições e organizações, que operam de forma diferenciada na distribuição de serviços, benefícios e oportunidades aos diferentes segmentos da população do ponto de vista racial. Ele extrapola as relações interpessoais e instaura-se no cotidiano institucional, inclusive na implementação efetiva de políticas públicas, gerando, de forma ampla, desigualdades e iniquidades. (LÓPEZ, 2012, p.127)

Cada vez mais desprotegida, desamparada e impedida de exercer seus direitos, a sua saúde foi sendo impactada. As violências física, moral, sexual e institucional a impeliam a se ausentar e a temer a ida à universidade, um local que se tornou cada vez mais inseguro para Esperanza. Passado mais de um ano de apuração da denúncia formal, com alterações constantes dos membros da comissão da sindicância – o que inevitavelmente ampliava o conhecimento do

¹¹ Utilizavam o apelido do agressor, que nesse artigo preferimos também manter no anonimato.

seu caso entre professores/as e funcionários/as –, os resultados da apuração foram inconclusos. Ao assediador não foi dada nenhuma punição, nem mesmo nenhum tipo de advertência ou medida socioeducativa.

A Instituição não atentou para a gravidade dos fatos, não se informou sobre a divulgação de casos de denúncias no ambiente acadêmico não só no Brasil, como também em diversas universidades do mundo, nem mesmo para uma produção bibliográfica¹² e circulação de protocolos, comissões parlamentares de inquérito, implementações de políticas institucionais e movimentos sociais e feministas que reivindicavam ações e medidas cabíveis para a garantia dos direitos humanos das mulheres nas universidades, visando garantir assim a permanência das mesmas.

A despeito das inúmeras dificuldades, Esperanza insistiu em dar continuidade aos seus estudos, mas era muito difícil manter atenção nas aulas, pois além de encontrar com o agressor com frequência nos corredores da unidade, após a abertura do processo de sindicância, a perseguição e a ameaça com palavras de ódio que sofria, se intensificaram. Emocionalmente abalada e com muito medo de mais agressões físicas, morais e institucionais, sentindo-se desprotegida e sozinha na universidade, Esperanza foi diminuindo a frequência e o seu rendimento acadêmico caiu drasticamente.

A negligência da instituição foi tamanha que nem mesmo orientada a recorrer à legislação que rege as normativas e regimentos das universidades ela foi. Desse modo, Esperanza não sabia que poderia solicitar o tratamento excepcional, garantido a qualquer acadêmica/o que esteja passando por situações extraordinárias, como era o seu caso.

Ao contrário do que se espera de qualquer instituição ou dos seus/suas gestores/as, essa orientação veio somente três anos após o início do processo de sindicância, quando já no seu limite psicológico, inclusive com uma tentativa de suicídio, Esperanza recorreu ao auxílio de uma rede/coletivo feminista da universidade, que, além de realizar acolhimento e escuta, a orientou quanto aos seus direitos, como também a solicitar formalmente junto à universidade, além do tratamento excepcional, um pedido de dilatação de prazo para a conclusão do curso, que após tantas violências foi aceito pela coordenação do curso e pela universidade.

RESILIÊNCIA E SOBREVIVÊNCIA DE MULHERES NEGRAS NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO

Mesmo com todas as situações narradas e o medo decorrente de voltar àquele espaço, Esperanza prosseguiu tentando não abandonar o curso,

¹² Já citadas nesse artigo.

mas depois de muitas crises e surtos, teve que recorrer à sua família¹³ e iniciar um tratamento psiquiátrico, no qual foi diagnosticada com síndrome do pânico e outros adoecimentos psíquicos acarretados pelos traumas. Em diversos momentos ao longo desses anos, precisou ser internada e prosseguiu até hoje com acompanhamento terapêutico e psiquiátrico.

Essa situação torna patente o quanto as pessoas afetadas pela violência de gênero no ambiente acadêmico terminam por ter a sua saúde mental, sua trajetória acadêmica e a sua vida profissional comprometidas e afetadas. Quando tratamos da violência dirigida especialmente às mulheres negras, percebemos que todo o potencial criativo e intelectual que pode ser mobilizado para que se desenvolvam plenamente, termina por ser desviado para que possam lidar com os processos defensivos e retraimentos causados pelo ambiente hostil no qual interagem.

Existe uma vasta bibliografia que aponta a dificuldade de permanência da população negra no sistema educacional brasileiro (ROMÃO, 2005), portanto, quando uma mulher negra consegue atravessar todo o processo de exclusão e expulsão que os corpos negros sofrem nas escolas e chega no ensino superior, necessita minimamente encontrar políticas que auxiliem a sua permanência, e não terem que exercitar a sua resiliência lidando com o racismo institucional, com o assédio/abuso moral e sexual.

As situações conflituais traumatizantes, nocivas e perigosas, existentes nas relações étnico-raciais brasileiras, são encaradas por muitos/as pesquisadores/as como uma situação de risco,

Esses processos que se constituem em função da dificuldade do exercício natural do campo de mediação e transicionalidade fazem com que a criança, e futuramente o jovem e o adulto negro, em lugar de ter o direito de poder naturalmente acionar sua capacidade de criar, de transformar, de continuar a ter esperança, precise primeiro direcionar seus investimentos psíquicos no sentido de encontrar formas defensivas de solucionar situações de invasão ao self, para então se dedicar a investimentos criativos. O esforço psíquico investido nesse processo, que é dispendioso, injusto e desigual, onera o psiquismo, abre caminho para uma situação conflitual traumatizante e pode trazer como decorrência possíveis adoecimentos psíquicos, psicossomáticos e psicossociais. Particularmente na mulher negra a função de escoar e elaborar a tensão psíquica que tem o espaço potencial adquire uma sobrecarga. Além do papel histórico que o racismo e a discriminação imprimem na vida cotidiana da população negra, a esse papel se sobrepõe a ideologia sexista de homens e mulheres brancos e, muitas vezes, do homem negro. (GUIMARÃES & PODKAMENI, 2008, p. 128)

¹³ Observo que muitas vítimas/denunciante/sobreviventes tem muita dificuldade em comunicar à família o assédio/abuso sexual sofrido. Muitas delas não comentam com ninguém, outras com amigos/as, em muitas entrevistas e acolhimentos realizados, era a primeira vez que estavam narrando o caso para alguém.

Ao focar nas narrativas sistematicamente silenciadas nesse espaço, procurei dar voz, vez e protagonismo a partir do lugar de fala de Esperanza. Acredito que ao possibilitar cada vez mais a escuta e o registro dos relatos, experiências e situações de violências vividas por essas mulheres, descortinamos possibilidades de compreender quais interseções e marcadores sociais da diferença problematizam, complexificam e agudizam as violências a partir dos pertencimentos de gênero, de classe, étnico-racial, etc. Essa compreensão permite o mapeamento de mais um dispositivo de exclusão e expulsão desses corpos, principalmente tendo em vista que a formação universitária no Brasil acaba sendo, ainda hoje, uma das poucas formas de mobilidade social, a qual, a duras penas, as mulheres negras conseguem alcançar, representando visibilidade, ascensão econômica e social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trata-se, portanto, de compreender que as políticas educacionais devem garantir além do acesso ao ensino superior, a construção e implementação de estratégias que promovam uma permanência saudável, ou seja, a criação de um espaço de promoção da saúde coletiva de toda a comunidade universitária, que tenha como valores civilizatórios centrais a boa convivência e uma coexistência digna. Isso significa que não se trata de lidar com os/as agressores/as a partir de uma ótica e uma lógica punitivistas, como já pontuamos em outros trabalhos (BEZERRA, 2020; BEZERRA, 2021 e ROCHA, 2021), mas encontrar um equilíbrio entre não ser conivente/cúmplice e nem execrar/abominar aquele que praticou a violência.

As medidas socioeducativas de precaução, prevenção, conscientização e formação sobre o que é violência de gênero, seus diferentes tipos e o que atualmente entendemos por consentimento, assédio e abuso sexual e moral, são fundamentais nesse processo para garantir que as universidades se tornem um espaço em que haja a livre circulação de ideias, corpos, potenciais de criação, realização e pulsão de vida e não de violência e pulsão de morte. Assim, decidir não aplicar nenhuma advertência, medida socioeducativa, nem mesmo realizar algum encaminhamento psicológico/psiquiátrico a depender do caso, é uma atitude muito grave que revela o quanto as normativas institucionais estão defasadas em relação aos saberes constituídos sobre as relações de gênero, sexualidade e étnico-raciais, assim como promover escrachos, exposição, humilhação, intimidação dos agressores é responder com violência a uma situação que necessita de intervenções educativas que consolidem a construção da esfera pública com a garantia das liberdades individuais e dos direitos humanos, através do reconhecimento dos limites que devem ser respeitados.

Compreendo a dimensão da saúde coletiva como um processo de educar e cuidar de todos os afetados com a violência de gênero, não somente das denominadas vítimas/denunciantes/sobreviventes, mas também daqueles

que praticaram a ação violenta, denominados agressores/as, abusadores/as, assediadores/as e todos os envolvidos. A comunidade universitária como um todo também sofre os efeitos e as reverberações de toda essa situação, criando uma rede que afeta e mobiliza muitas pessoas.

Enquanto finalizo esse artigo, Esperanza ainda não conseguiu concluir o seu curso. Ao narrar todo o processo de violência que sofreu, percebo que foi afetada por muitas coisas, algumas das quais não consegue sequer nomear, quando perguntei a ela se havia sentido que sofrera algum tipo de preconceito ela respondeu: “Sim, com certeza eu sofri racismo, eles tratavam o agressor como se estivesse acima de qualquer suspeita e quando olhavam para mim eu via nos seus olhos que estavam pensando: ‘Ah, tá! A gente não vai acreditar nessa nequinhá!’ Se eles tivessem me ouvido, se tivessem apurado ou simplesmente checado na delegacia, saberiam que ele já havia sido acusado de estupro e assédio por outras mulheres e que tinha antecedentes”.

A partir dos boletins de ocorrência nas delegacias descobriu-se que o agressor que a perseguia há tanto tempo, já tinha passagem pela polícia e era acusado de outros estupros e assédios. Isso foi algo que nunca foi checado pela instituição, evidenciando que a palavra de um corpo branco e masculino tem passe livre e presunção de inocência. Com o decorrer do processo criminal e com a intimação do réu, Esperanza teve informações que ele não havia comparecido às audiências. Como a situação se tornou insustentável na universidade e na cidade onde ele estava, o agressor mudou-se¹⁴ e, infelizmente, voltou a reincidir em novos casos de abuso sexual e violência de gênero com outras mulheres.

Esperanza me relatou, com um profundo pesar, que as últimas informações que teve foram de que ele havia falecido. Apesar do estupro e da violência sofrida ela não desejava que um homem tão jovem tivesse a sua vida interrompida. Consternada com o desfecho desse caso, analiso que nós jamais saberemos o que realmente aconteceu com o rapaz, se a causa desse comportamento se devia a algum adoecimento, se tratava-se de um caso patológico ou se a causa era social e comportamental devido à misoginia, ao racismo, sexismo, machismo, discriminação e preconceito que afeta homens e mulheres na nossa sociedade.

Atualmente transcorridos sete anos desde que Esperanza fez a primeira queixa que não foi apurada como deveria, e seis anos depois que teve início um processo de sindicância, observo que se algo tivesse sido feito, talvez o desfecho dessa história tivesse sido outro. Minha interpretação é que a falta de ações pontuais e de atenção ao que realmente estava ocorrendo, acarretaram no estupro que ocorreu após as primeiras queixas. Qualquer medida restritiva que fosse tomada:

¹⁴ Observamos que esse tipo de comportamento acaba se tornando um padrão, devido à falta de implementação de medidas coercitivas, punitivas ou socioeducativas mais eficazes, pois em muitos casos a falta de encaminhamento tem levado aos agressores, sejam eles/elas docentes ou alunos/as a mudarem de cidade e instituição quando se torna insustentável permanecer naquele espaço (BEZERRA, 2020; BEZERRA, 2021 e ROCHA, 2021).

punição, sanção, ou até mesmo advertência, que deixasse óbvio que o agressor não poderia agir daquela forma, teria sinalizado não só a ele, como também a sua família e a toda a comunidade universitária que atitudes dessa natureza não seriam admitidas no espaço acadêmico e que havia algo errado no seu comportamento que não poderia ser socialmente aceitável, muito menos tolerado. Em suma, em uma perspectiva de saúde coletiva, todos, todas e todes são cuidados e educados. Não posso afirmar veementemente que se os desdobramentos tivessem sido outros, a situação seria outra, o que aconteceu é fato, nós não podemos mudar o passado, mas podemos utilizar a dor, o sofrimento e a capacidade de resiliência da Esperanza como exemplo, para que histórias como essa nunca mais se repitam. Nós precisamos cuidar e proteger da violência de gênero as futuras gerações que se formam, vivem e circulam no ambiente universitário.

As definições e discussão sobre resiliência trouxeram a contribuição de que resiliência é mais que a ausência de comprometimentos, significa passar por grandes adversidades, com efeito menos devastador que o constatado em situações semelhantes, onde a pessoa, ao invés de sucumbir, acessa recursos e suportes e alcança superação e transcendência. (PRESTES, 2013, p.81)

Nossa esperança é que Esperanza se forme, e se torne uma excelente profissional, um ser pleno, livre e feliz, e que seu corpo possa habitar em segurança, qualquer lugar que ele quiser.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHMED, Sara. **Complaint!** Durham: Duke University Press, 2021

_____. **Vivir una vida feminista.** Barcelona: Edicions Belaterra. S.L., 2018

AKAZAWA, Junko & AONO, Atsuko. Harassments and Dating Violence among University Students in Japan. In: **Annual Review of Critical Psychology - Special Issue 'Sex and Power in the University'**, Vol. 15, 2018, p. 50-59. Disponível em: <https://sexpoweruniversity.wordpress.com/>

ALMEIDA, Heloisa Buarque. Violence sexuelle et de genre à l'université: du secret à la bataille pour la reconnaissance. In: **Brésil (s): Sciences Humaines et Sociales**, n. 16, 2019a. Disponível em: <https://journals.openedition.org/bresils/5348>

_____. Era só diversão? Disputas e violência sexual na mídia. Texto para apresentação no ST 38 - Sexualidade e gênero: política, agenciamentos e direitos em disputa, no **43o Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, 2019b.

ANZALDÚA, Gloria. La Prieta y otros ensayos sobre la conciencia mestiza. In: **Esta puente, mi espalda.** Voces de mujeres tercermundistas em los Estados Unidos. Ism Press, San Francisco, 1998.

_____. **La Frontera/Borderlands:** La Nueva Mestiza. Ed. Capitán Swing Libros S.L., Madrid, 2016.

ARAÚJO, Catarina Pinto. **A Violência Sexual nos Estudantes Universitários Portugueses**. 2017. 61 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto Universitário, Portugal, 2017.

BATTY, David., WEALE, Sally. & BANNOCK, Caroline. Sexual harassment 'at epidemic levels' in UK universities. In: **The Guardian**. March 5, 2017. Retrieved from: <https://www.theguardian.com/education/2017/mar/05/students-staff-uk-universities-sexual-harassment-epidemic>

BELLINI, Daniela Mara Gouvêa. **Violência contra mulheres nas Universidades: contribuições da produção científica para sua superação (SciELO e Web of Science 2016 e 2017)**. Dissertação (mestrado) -Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos, 2018. 136 f.

BENTO, Maria Aparecida Silva & CARONE Iray. **Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BEZERRA, Carolina dos Santos et al. Violência Sexual e de Gênero no Ambiente Acadêmico: uma questão de Direitos Humanos. In: ZANIRATO, Tatiana & GONÇALVES, Estael de Lima. **Caminhos dos Saberes: Extensão Universitária em tempos de isolamento**. Editora dos Autores: Jataí, GO, 2020. Disponível em: https://www.amazon.com.br/Caminhos-dos-Saberes-Universit%C3%A1ria-isolamento-ebook/dp/B09NB4GSDJ/ref=cm_cr_ar_p_d_product_top?ie=UTF8

_____. Violência de Gênero no Ambiente Acadêmico: Direitos Humanos, Interseccionalidade e Marcadores Sociais da Diferença. In: **Anais do 45º Encontro Anual da ANPOCS**. GT36 - Sexualidade e gênero: política, agenciamentos e direitos em disputa. Realizado de 19 a 27 de outubro de 2021.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. O mito da democracia racial. In: LAMOUNIER, Bolívar. (Org) **Brasil & África do Sul: uma comparação**. São Paulo: Editora Sumaré: Idesp, 1996.

_____. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005

COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a outsider within: A significação sociológica do pensamento feminista negro. In: **Sociedade e Estado**. [online]. 2016, vol.31, n.1 p.99-127. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100099&lng=en&nrm=iso.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. In: **Revista Estudos Feministas**. Vol 10, nº 1, Jan 2002.p.171-188.

CRUZ, Elizabeth Franco et al. Don't Stay Silent: Network of Female Professors Against Gender Violence at University of São Paulo (USP). In: **Annual Review of Critical Psychology - Special Issue 'Sex and Power in the University'**, Vol. 15, 2018, p. 223-245. Disponível em: <https://sexpoweruniversity.wordpress.com/>

CORRÊA, Marisa. **Morte em Família: representações jurídicas de papéis sexuais**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1983.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016. 244 p.

ELÍAS, María Guadalupe Huacuz & SOLÍS, Flor de María Gamboa. The University and Gender-based Violence: Feminist Experiences and Reflections from Mexico. In: **Annual Review of**

Critical Psychology - Special Issue 'Sex and Power in the University', Vol. 15, 2018, p. 82-99. Disponível em: <https://sexpoweruniversity.wordpress.com/>

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Editora Paz e Terra. Coleção Saberes. 1996.

GAMA, Joana Pires. **Violência sexual no campus universitário em Portugal**. 2016. 59 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto Universitário, Portugal, 2016.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, Luiz Antônio. (Org.). **Movimentos sociais, urbanos, memórias étnicas e outros estudos**. Brasília: Anpocs: Ciência Sociais Hoje, n.2, 1984, p. 223-244.

_____. "Por um feminismo afro-latino-americano". In: HOLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.) **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2020.

GUIMARÃES, Marco Antônio Chagas; PODKAMENI, Ângela Baraf. A rede de sustentação coletiva, espaço potencial e resgate identitário: projeto mãe criadeira. In: **Saúde & Sociedade**, V. 17, n. 1, 2008.

HIRSCH, Paula Hernández; GASSET, Manuela Cisternas; VÁZQUEZ, Elisa Niño. Experiencias de Acoso Sexual en la Universidad de Chile. In: **XXXI Congreso ALAS - Asociación Latinoamericana de Sociología: Las encrucijadas abiertas de América Latina**. La sociología en tiempos de cambio. Uruguay. 3 a 8 de diciembre, 2017. (p.1-15)

hooks, bell. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019. 356 p.

INSTITUTO AVON. **Violência contra a mulher no ambiente universitário**. São Paulo: Instituto Avon/Data Popular, 2015. Disponível em: http://www.ouvidoria.ufscar.br/arquivos/PesquisaInstitutoAvon_V9_FINAL_Bx20151.pdf. Acesso em 19 set. 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano**. Tradução Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRAKAUER, Jon. **Missoula: o estupro e o sistema judicial em uma cidade universitária**. Tradução de Sara Grünhagen. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. 473 p.

LORDE, Audre. Use of the Erotic: The Erotic as Power. In: LORDE, Audre. **Sister outsider: essays and speeches**. New York: The Crossing Press Feminist Series, 1984. p. 53-59.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho e A mulher negra e o amor. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.) **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

_____. Vários escritos. In: RATTTS, Alex. **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza, 2007.

NASH, Claudio. **Orientaciones para enfrentar el Acoso Sexual en la Universidad de Chile**. Vicerrectoría de Extensión y Comunicaciones, y Oficina de Igualdad de Oportunidades de Género, de la Universidad de Chile, 2015a. Disponível em: <http://web.uchile.cl/archivos/VEXCOM/AcosoSexual/#>

_____. **Respuesta Institucional ante el Acoso Sexual en la Universidad de Chile**. Vicerrectoría de Extensión y Comunicaciones, y Oficina de Igualdad de Oportunidades

de Género, de la Universidad de Chile, 2015b. Disponível em: <http://web.uchile.cl/archivos/VECOM/AcosoSexualU/#1/z>

PRESTES, Clélia Rosane dos Santos. **Feridas até o coração, erguem-se negras guerreiras.** Resiliência em mulheres negras: transmissão psíquica e pertencimentos. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

ROCHA, Carol Martins da et al. Do Silenciamento ao Enfrentamento: a experiência do Coletivo Marielle Franco – Mulheres -UFJF nas ações de combate à Violência de Género no ambiente universitário. In: ALMEIDA, Tania Mara Campos de. & ZANELLO, Valeska. **Panoramas da Violência contra mulheres nas Universidades Brasileiras e Latino-Americanas.** Universidade de Brasília, OAB- Ordem dos Advogados do Brasil, 2021.

ROMÃO, Jeruse. (Org.) **História da Educação do Negro e outras histórias.** Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, SECAD, 2005.

SPIVAK, Gayatri. Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010. 133 p. Coleção Babel.

UNICAMP. Relatório Final. **Grupo de Trabalho Portaria Gr-83, 84 E 85/2017.** Apresenta proposta de política para combater discriminação baseada em gênero e/ou sexualidade e violência sexual. Campinas, junho de 2018.

USP MULHERES. **Interações na USP:** Primeiros resultados da pesquisa. São Paulo: 25 de junho de 2018. Disponível em: http://uspmulheres.usp.br/wp-content/uploads/sites/145/2018/07/INTERA%C3%87%C3%95ES-NA-USP_final_publica%C3%A7%C3%A3o2407.pdf

VIGOYA, Mara Viveros. La sexualización de la raza y la racialización de la sexualidad en el contexto latinoamericano actual. In: **Revista Latinamericana de Estudios de Familia.** Vol. 1, enero - diciembre, 2009. p. 63 – 81.

_____. La interseccionalidad: una aproximación situada a la dominación. In: **Debate Feminista**, n. 52, 2016. pp.1–17.

VILLEGAS, Camilla. **Acoso en el Campus. Violencia sexual en la comunidad de la Universidad de Chile,** 2017. Disponível em: <http://www.uchile.cl/noticias/124410/u-de-chile-presenta-primeros-resultados-de-estudio-de-acoso-sexual>

ZAVOS, Alexandra. Sexual Violence in Greek universities: Politics of Disclosure, Interventions and Institutional change. In: **Annual Review of Critical Psychology - Special Issue 'Sex and Power in the University'**, Vol. 15, 2018, p. 200-222. Disponível em: <https://sexpoweruniversity.wordpress.com/>

